

Direito Tributário Aplicado

2021 • 2.^a edição, revista e atualizada

José Luis Ribeiro Brazuna

DIREITO TRIBUTÁRIO APLICADO

2ª EDIÇÃO REVISTA E ATUALIZADA

© Almedina, 2021

AUTOR: José Luis Ribeiro Brazuna

DIRETOR ALMEDINA BRASIL: Rodrigo Mentz

EDITORA JURÍDICA: Manuella Santos de Castro

EDITOR DE DESENVOLVIMENTO: Aurélio Cesar Nogueira

ASSISTENTES EDITORIAIS: Isabela Leite e Larissa Nogueira

DIAGRAMAÇÃO: Almedina

DESIGN DE CAPA: FBA

ISBN: 9786556270432

Dezembro, 2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Brazuna, José Luis Ribeiro
Direito tributário aplicado / José Luis Ribeiro Brazuna. -- 2. ed. rev. e atual.
São Paulo : Almedina, 2021.

Bibliografia
ISBN 978-65-5627-374-7

1. Direito tributário 2. Direito tributário – Brasil
3. Direito tributário - Legislação - Brasil I. Título.

21-80864

CDU-34:336.2(81)

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Direito tributário 34:336.2(81)

Maria Alice Ferreira - Bibliotecária - CRB-8/7964

Este livro segue as regras do novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990).

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro, protegido por copyright, pode ser reproduzida, armazenada ou transmitida de alguma forma ou por algum meio, seja eletrônico ou mecânico, inclusive fotocópia, gravação ou qualquer sistema de armazenagem de informações, sem a permissão expressa e por escrito da editora.

EDITORA: Almedina Brasil

Rua José Maria Lisboa, 860, Conj.131 e 132, Jardim Paulista | 01423-001 São Paulo | Brasil

editora@almedina.com.br

www.almedina.com.br

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO À 2.ª EDIÇÃO.....	ix
AGRADECIMENTOS.....	xiii
CAPÍTULO 1 – SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL	
1.1 <i>Introdução</i>	21
1.2 <i>Como chegamos até aqui</i>	27
CAPÍTULO 2 – ESTRUTURA A PARTIR DA CONSTITUIÇÃO	
2.1 <i>Introdução</i>	35
2.2 <i>Distribuição de competências</i>	39
2.3 <i>Estrutura normativa</i>	41
2.4 <i>Relevância da lei complementar</i>	44
2.5 <i>Estrutura normativa nos níveis estadual, distrital e municipal</i>	47
2.6 <i>Repartição da arrecadação</i>	49
CAPÍTULO 3 – PRINCÍPIOS TRIBUTÁRIOS	
3.1 <i>Introdução</i>	55
3.2 <i>Princípio da capacidade contributiva</i>	56
3.3 <i>Princípio da legalidade tributária</i>	58
3.4 <i>Princípio da igualdade tributária</i>	65
3.5 <i>Princípio da irretroatividade da lei tributária</i>	72
3.6 <i>Princípio da anterioridade anual</i>	74
3.7 <i>Princípio da anterioridade nonagesimal</i>	77
3.8 <i>Princípio da vedação ao confisco</i>	79
3.9 <i>Princípio da liberdade de tráfego de pessoas ou bens</i>	82
3.10 <i>Princípio da uniformidade da tributação</i>	82

DIREITO TRIBUTÁRIO APLICADO

3.11	<i>Princípio da neutralidade da tributação em relação à livre concorrência</i>	84
3.12	<i>Princípio da progressividade</i>	86
3.13	<i>Princípio da seletividade</i>	91
3.14	<i>Princípio da não cumulatividade</i>	95

CAPÍTULO 4 – IMUNIDADES

4.1	<i>Introdução</i>	103
4.2	<i>Falsas imunidades</i>	107
4.3	<i>Imunidades objetivas e subjetivas</i>	109
4.4	<i>Imunidade recíproca e exclusão da exploração de atividade econômica</i>	114
4.5	<i>Outras polêmicas em torno das imunidades subjetivas</i>	122
4.6	<i>Imunidades específicas</i>	124

CAPÍTULO 5 – NORMAS GERAIS EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA

5.1	<i>Introdução</i>	127
5.2	<i>Definição de tributos e suas espécies</i>	130
5.3	<i>Competência tributária e limites</i>	142
5.4	<i>Legislação tributária: definição e vigência</i>	148
5.5	<i>Legislação tributária: interpretação e aplicação</i>	156
5.6	<i>Fato gerador, obrigação tributária, crédito tributário e lançamento</i>	165
5.7	<i>Modalidades de lançamento</i>	173
5.8	<i>Modificação e critérios jurídicos do lançamento</i>	177
5.9	<i>Sujeitos da relação jurídico-tributária</i>	180
5.9.1	<i>Contribuinte e responsável</i>	181
5.9.2	<i>Solidariedade</i>	184
5.9.3	<i>Capacidade tributária passiva</i>	186
5.10	<i>Contribuinte de direito e contribuinte de fato</i>	190
5.11	<i>Responsabilidade tributária</i>	191
5.11.1	<i>Responsabilidade por sucessão</i>	192
5.11.2	<i>Responsabilidade de terceiros</i>	196
5.11.3	<i>Responsabilidade por infrações</i>	200
5.11.4	<i>Denúncia espontânea</i>	202
5.12	<i>Substituição tributária</i>	205
5.12.1	<i>Substituição tributária concomitante ou lateral</i>	206
5.12.2	<i>Substituição tributária para trás</i>	206
5.12.3	<i>Substituição tributária para frente</i>	208
5.13	<i>Poderes da fiscalização</i>	210

5.13.1	Sigilo bancário	213
5.13.2	Sigilo fiscal.....	218
5.14	<i>Exigibilidade, garantias e preferências do crédito tributário</i>	225
5.14.1	Arrolamento de bens	226
5.14.2	Cautelar fiscal.....	226
5.14.3	Indisponibilidade de bens e direitos.....	229
5.14.4	Averbação pré-executória de CDA	230
5.14.5	Falência e recuperação judicial	230
5.14.6	Inventário e partilha.....	237
5.14.7	Liquidação da pessoa jurídica.....	237
5.15	<i>Certidão negativa de débitos fiscais</i>	238
5.16	<i>Suspensão do crédito tributário</i>	239
5.16.1	Moratória.....	243
5.16.2	Parcelamento	245
5.16.3	Depósito do montante integral	246
5.16.4	Consignação em pagamento.....	248
5.16.5	Processo administrativo tributário	250
5.16.6	Liminar e outras tutelas judiciais.....	251
5.17	<i>Extinção do crédito tributário</i>	251
5.17.1	Pagamento.....	251
5.17.2	Compensação	256
5.17.3	Transação.....	259
5.17.4	Remissão	262
5.17.5	Conversão de depósito em renda.....	263
5.17.6	Consignação em pagamento.....	265
5.17.7	Decisão irreformável ou transitada em julgado	265
5.17.8	Dação em pagamento.....	266
5.17.9	Homologação do pagamento antecipado	267
5.18	<i>Decadência e prescrição</i>	267
5.18.1	Decadência	267
5.18.2	Prescrição	271
5.19	<i>Exclusão do crédito tributário</i>	274
5.19.1	Isenção e anistia.....	274
5.20	<i>Categorias especiais da técnica de tributação</i>	285
5.20.1	Não incidência	285
5.20.2	Imunidade	287
5.20.3	Isenção.....	587

DIREITO TRIBUTÁRIO APLICADO

5.20.4 Aliquota zero, redução de base de cálculo e redução de alíquota ...	287
5.20.5 N/T e o falso N/T.....	288
5.20.6 Diferimento e suspensão.....	289
5.20.7 Competência residual da União.....	290
5.20.8 Categorias técnicas e não cumulatividade do ICMS e do IPI	291
5.21 <i>Indébito tributário</i>	296
5.21.1 Prescrição	297
5.21.2 Imputação e juros	298
5.21.3 Transferência do encargo financeiro.....	299

CAPÍTULO 6 – PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO

6.1 <i>Introdução</i>	303
6.2 <i>Limites ao planejamento tributário</i>	311
6.3 <i>Avaliação de riscos</i>	317

CAPÍTULO 7 – DIREITO PENAL TRIBUTÁRIO

7.1 <i>Introdução</i>	319
7.1.1 Princípios e garantias	320
7.2 <i>Crimes contra a ordem tributária</i>	322
7.2.1 Sonegação fiscal.....	323
7.2.2 Apropriação indébita e sonegação previdenciárias	325
7.2.3 Extinção da punibilidade.....	326
7.2.4 Descaminho	327
7.3 <i>Crimes praticados pela administração tributária</i>	329
7.3.1 Prevaricação	330
7.3.2 Violação do sigilo funcional.....	330
7.3.3 Excesso de exação	331

CAPÍTULO 8 – RESOLUÇÃO DE CONFLITOS TRIBUTÁRIOS

8.1 <i>Introdução</i>	333
8.2 <i>Procedimentos não litigiosos</i>	334
8.2.1 Consulta tributária	334
8.2.2 Regime especial.....	336
8.2.3 Denúncia espontânea.....	338
8.2.4 Transação.....	339
8.3 <i>Processo administrativo fiscal</i>	339
8.3.1 Processo administrativo federal	340

8.4	<i>Processo judicial</i>	343
8.4.1	Cautelar fiscal	343
8.4.2	Execução fiscal	344
8.4.3	Sustação de protesto	346
8.4.4	Embargos à execução fiscal	347
8.4.5	Exceção de pré-executividade	351
8.4.6	Incidente de descon sideração da personalidade jurídica	352
8.4.7	Falência e recuperação judicial	353
8.4.8	Ação anulatória de débito fiscal	356
8.4.9	Ação de repetição de indébito	357
8.4.10	Mandado de segurança	359
8.4.11	Ação declaratória	364
8.4.12	Tutelas provisórias	364
8.4.13	Ação consignatória em pagamento	366
8.4.14	Mandado de segurança coletivo	368
8.4.15	Ação popular	369
8.4.16	Ação civil pública	370
8.4.17	Controle concentrado de constitucionalidade	372
8.5	<i>Arbitragem em matéria tributária</i>	374
8.6	<i>Resoluções de controvérsias internacionais</i>	374
	REFERÊNCIAS	377